

Ata da 13ª Sessão Ordinária no 1º Período do 23º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 19 de Maio de 2015.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia dezoito de maio de dois mil e quinze, sob a presidência do Vereador **Rosalvo de Vasconcellos Domingos**, realizou-se a *Décima Terceira Sessão Ordinária no Primeiro Período do Vigésimo Terceiro Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Dando início à reunião, o senhor **Presidente** convidou o Vereador Claudio Vicente Vilar a assumir a função de Segundo Secretário e pediu a este que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se as ausências de André de Azeredo Dias e Marina Pereira da Rocha, que se encontravam à disposição desta Casa. Logo após colocou em discussão a ata da sessão anterior, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. Após, pediu à Primeira Secretária que fizesse a leitura dos documentos constantes do *EXPEDIENTE*, a saber: PROJETO DE LEI: - nº **1082/15**, de autoria do ver. **Claudio Vicente Vilar**; INDICAÇÕES: - n.ºs **304, 305, 306 e 307/15**, de autoria do ver. **Oswaldo Pereira**; - n.ºs **308, 309, 310, 311 e 312/15**, de autoria do ver. **Franklin Adriano Pereira**; - n.ºs **313, 314 e 315/15**, de autoria do ver. **Fernando Amaro Garcia**; - n.ºs **316, 317 e 318/15**, de autoria do ver. **Rosalvo de Vasconcellos Domingos**; - n.º **319/15**, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**. A seguir, passou a palavra aos vereadores. Com a **palavra**, o Vereador **Claudio Vicente Vilar** iniciou suas palavras dizendo que tinha ficado triste em passar pela “Reta” e visto os trabalhadores fazendo aquela manifestação, a qual já era para ter sido contornada com a solução da questão referente aos direitos dos trabalhadores demitidos. Argumentou que se era responsabilidade da Firma ou do Governo, fazia-se necessário identificar a falha e apoiar os trabalhadores do município, ressaltando que estava ficando vergonhoso para a cidade, e que deveriam fazer uma reunião com o Secretário, juntamente com a empresa e, conseqüentemente, resolver o problema daqueles trabalhadores. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** disse que gostaria de informar à população que aquela Casa já havia sido comunicada e que eles estavam juntos para resolver aquele problema da Firma; dos que foram demitidos. Com a **palavra**, o Vereador **Franklin Adriano Pereira** disse que o Sr. Presidente passara por aquela situação em uma Indicação que ele havia feito para que o serviço funeral funcionasse vinte e quatro horas, e que aquilo era um absurdo, em que o cidadão do município deveria escolher hora para morrer, haja vista que, atualmente, a partir das vinte e duas horas, não havia atendimento para nenhuma pessoa que tivesse de enterrar o seu ente querido. Assim sendo, disse que gostaria de convocar os nobres Edis a se dirigirem até a Secretaria de Assistência Social, a fim de solicitar providências quanto à criação do plantão de vinte e quatro horas para tal atendimento, visto que o familiar não iria entender o fato de ter que deixar o seu parente no hospital, “na pedra”, em vez de estar velando o corpo. Logo, asseverou que aquele serviço deveria ser de pronto atendimento, e inclusive

informou sobre a existência de uma Lei federal, a qual preceitua que o atendimento funerário, em apoio à família, deveria estar disponível vinte e quatro horas por dia, dizendo que acreditava que o Sr. Prefeito talvez não tivesse o conhecimento daquela prática, que era recente no município e que determinava o atendimento somente até às vinte e duas horas. Salientou, em seguida, que o Sr. Presidente também passara por aquela situação, assim como a companheira Marina, a qual, juntamente com ele, Franklin, tiveram que presenciar o plantão sendo encerrado às vinte e duas horas e retornando às oito horas da manhã seguinte. Enfatizou que aquilo era uma covardia, pois se tratava o cidadão com a maior falta de respeito e, então, pediu a ajuda dos nobres Edis para estarem cobrando o plantão de vinte e quatro horas e atendimento total à família do falecido. Após, comentou sobre as demissões e as manifestações que estavam sendo realizadas em frente à empresa, dizendo que já orientara alguns funcionários que eles contribuíam todo mês para o Sindicato dos Filantrópicos, organização responsável pela homologação das demissões, e que se fazia presente para defender o trabalhador. Sugeriu, então, que convocassem o Sindicato dos Filantrópicos para ver qual a postura deles diante daquela covardia que a empresa estava fazendo com os funcionários. Já que os trabalhadores prestaram os serviços e, segundo dissera o Secretário, as custas trabalhistas foram devidamente recolhidas, então, deveriam continuar cobrando. Dando prosseguimento, pediu ao Sr. Presidente para que pudesse estar convocando o Sr. Sérgio, do Sindicato dos Filantrópicos, a fim de conversar com os vereadores e se posicionarem quanto à questão, bem como saber qual a postura deles diante dos fatos ocorridos nas últimas semanas no município. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu ao vereador Franklin por seu discurso, e disse que o mesmo estava totalmente correto a respeito da situação envolvendo a funerária municipal, e que realmente ele, Presidente, tinha passado por um momento muito constrangedor no último sábado, quando recebera uma ligação, às vinte e duas horas e dez minutos, de uma família desesperada que havia perdido um ente querido. Disse que fora ao hospital para prestar solidariedade àquela família naquele momento difícil, porém, tinha se deparado com situações que não podiam acontecer no município. Então, percebera que as coisas estavam regredindo, porque a funerária trabalhava vinte e quatro horas e, atualmente, criaram um projeto em que a funerária ficava aberta somente até as dez horas da noite e só voltava a funcionar às oito horas da manhã seguinte. Em tom crítico, considerou aquela ação uma falta de respeito, explanando que se o serviço estava sendo bem realizado, deveria ter continuidade, sem necessidade de alterações. Ressaltou, em seguida, que os nobres Edis deveriam, sim, dirigirem-se ao Prefeito e informá-lo daquela situação, pois tinha a certeza de que ele não tinha conhecimento daquele procedimento, porque o Prefeito Marcos Aurélio era um homem ser humano e entenderia aquela reivindicação, porque assim não podia permanecer. Quanto aos problemas relacionados à Firma, disse que iria pedir ao setor jurídico daquela Casa para que convocasse o Vice-Presidente da empresa, a fim de prestar os devidos esclarecimentos à

população. Com a **palavra**, a vereadora **Rizê da Silva Silvério** disse que em relação à Firma, eles, os vereadores, realmente deveriam convocar aquele cidadão para prestar esclarecimentos. Reconheceu que era inadmissível o que estava acontecendo, e que as pessoas pensavam que iria cair no esquecimento, mas as famílias que estavam passando por aquela dificuldade não tinham como esquecer. Assim sendo, reforçou o pedido do Vereador Franklin, para que se fizesse a convocação do Sr. Sérgio, do Sindicato. Já no que dizia respeito a alguns acontecimentos que estavam sendo verificados no município, como, por exemplo, os serviços que anteriormente eram prestados com excelência, diferentemente do que acontecia atualmente, disse que com certeza iria averiguar, porque ela, Rizê, sempre brigara muito. Um exemplo de tal esforço fora para a aquisição da ambulância no Segundo Distrito, e que tinha sido uma luta muito grande. Declarou que o antigo Secretário de Governo lhe ajudara muito, assim como todos os nobres Edis também lhe apoiaram naquela luta. Falou ainda que o entendimento geral era de que o Segundo Distrito não teria de ter uma ambulância de plantão, explicitando que recebera uma denúncia alertando que a ambulância estava fazendo o plantão no hospital. Reclamou, então, do fato em que quando alguém do Segundo Distrito passava mal a ambulância tinha que sair dali do hospital e ir até ao Vale das Pedrinhas, Vila Olímpia, Várzea Alegre e Santo Amaro, ou seja, no Segundo Distrito em geral, até chegar ao local necessário. Enfatizou que a quilometragem era grande, e os responsáveis tinham que entender aquilo, pois era significativo o lapso de tempo para a ambulância sair da base para a qual fora transferida. Salientou, entretanto, que não tinha certeza da veracidade da denúncia, e tinha vindo à Sessão exclusivamente para verificar aquela situação, porque as pessoas estavam sem o pronto atendimento da ambulância, advertindo para o fato de que até a equipe de socorro chegar ao destino e retornar ao hospital poderia haver a ocorrência de uma fatalidade. Assim, pediu ajuda aos colegas nobres Edis para, em se confirmando o caso, todos dessem apoio para “brigaram” pelo retorno da base da ambulância no Segundo Distrito. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu pelas palavras da vereadora. Em **aparte**, o Vereador **Oswaldo Pereira** disse que se aquela denúncia fosse verídica, podia contar com ele e, certamente, com todos os vereadores daquela Casa, porque a população do Segundo Distrito não podia ficar desamparada, principalmente, na área da saúde. Dirigindo a fala ao Ver. Franklin, disse que o mesmo estava coberto de razão quando comentara sobre o Sindicato, que qualquer decisão relacionada à demissão deveria que ser homologada no Sindicato. Logo, se existia um Sindicato naquela empresa, ele tinha que se fazer presente sim, porque quando o funcionário contribuía para o Sindicato era para que ele defendesse o direito do trabalhador, e não que os deixassem naquela situação, desamparados e desesperados. Esclareceu que muitas vezes os vereadores daquela Casa estavam pagando uma conta que não era deles; que na realidade eles estavam sendo acusados de não tomar atitude quanto àquelas demissões, e que estavam sendo cobrados sobre aquilo a todo o momento, desde que tivera início aquela

demissão em massa, ressaltando que eles, os vereadores, estavam cobrando do Governo e da Firma também. Asseverou que existiam muitas palavras que às vezes não eram verdadeiras, como o próprio pessoal da Firma estava difundindo que a culpa de terem sido demitidos era deles, dos vereadores. O nobre Edil afirmou que aquilo era uma mentira, porque aquela Casa sempre tinha “brigado” por todos os funcionários daquela Firma, e em todos os momentos sempre se colocaram à disposição dos funcionários. Reiterou que no que dependesse daquela Casa em convocar quem quer que fosse para prestar esclarecimentos, que podia contar com o Vereador Osvaldo Pereira e, tinha a certeza, de que com os demais vereadores também. Em **aparte**, o Vereador **Franklin Adriano Pereira** falou que havia se esquecido de abordar o assunto referente ao serviço funerário, dizendo que estava achando tudo muito estranho, porque eles, do Governo, estavam pretendendo terceirizar o serviço funerário e responsabilizar as funerárias municipais para realizarem o serviço de assistência social. Disse que era óbvio que a Lei permitia aquela conduta, mas via com certa estranheza. Informou, ainda, que vinha de uma cidade onde o serviço funerário era monopólio e alertou que terceirizar o serviço funerário era um perigo, visto que o serviço funerário particular deveria ser para quem possuía condição de pagar, e o de assistência social destinado aos que não tinham recursos financeiros. Em relação ao Sindicato dos Filantrópicos, salientou que era o Presidente do Sindicato que deveria ser convocado, para que se soubesse qual a sua postura, pois se no período do trabalho ele descontara dos funcionários uma contribuição, havia chegado a hora de ele fazer alguma coisa pelos funcionários. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu pelas palavras do vereador e também pelas palavras da vereadora Rizê. Disse que a nobre Edil estava sempre preocupada com o Segundo Distrito, argumentando que não podiam proceder como o “caranguejo”, ou seja, andar para trás; deveriam seguir em frente. Logo, afirmou que deveriam apurar aquela questão da ambulância e fazer com que a base da mesma voltasse a ser fixada no Vale das Pedrinhas, a fim de atender aquela população, pois o local ficava distante do hospital e, portanto, os cidadãos necessitavam daquele suporte. Finalizou suas palavras agradecendo a presença de todos e, em especial, agradeceu a presença da Sr^a Marlene, que se tratava de uma grande cidadã de Guapimirim e uma pessoa que já fazia parte da história da cidade, dizendo-lhe que seria sempre bem-vinda àquela Casa. Terminado o Expediente, deu-se início à ORDEM DO DIA. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1081/15**, de autoria do ver. **Claudio Vicente Vilar**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **segunda** discussão. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão quando eram dez horas e cinquenta e cinco minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, **Rizê da Silva Silvério**, _____, Primeira Secretária, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.